

Austral Seguradora S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2021

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstração dos resultados	14
Demonstração dos resultados abrangentes	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	18

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados. Atualmente, a Companhia opera nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de petróleo, riscos marítimos - casco, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais, compreensivo empresarial, lucros cessantes, responsabilidade civil geral, responsabilidade civil administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil - riscos ambientais, responsabilidade civil profissional (E&O), transporte nacional, transporte internacional e responsabilidade civil transporte (aéreo, rodoviário e desvio de carga).

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras para seus clientes e na transferência de risco para seus parceiros.

Os prêmios emitidos pela Companhia atingiram o valor de R\$ 814,2 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentando uma pequena redução frente aos R\$ 883,7 milhões no mesmo período em 2020. A queda das receitas nesse período está em consonância com as expectativas e métricas internas estabelecidas pela Companhia.

Confirmando sua consolidação como especialista neste mercado, no segmento de riscos de petróleo, mesmo com o impacto da forte valorização do real frente ao dólar (moeda predominante nos negócios da linha), a Companhia alcançou um volume de prêmios emitidos de R\$ 695,1 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2021, frente a R\$ 732,8 milhões no mesmo período em 2020.

É importante ressaltar o sucesso na política de expansão do portfólio da Companhia nas linhas de responsabilidade civil administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil ambiental e responsabilidade civil profissional (E&O). Esses segmentos apresentaram significativo crescimento de 167% com relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando a marca de R\$ 8,2 milhões em prêmios emitidos no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Considerando o cenário desafiador do mercado, e primando pela qualidade e consistência de seu processo de subscrição de seguro garantia (público e privado), a Companhia obteve a marca de R\$ 39,3 milhões de prêmios emitidos no semestre findo em 30 de junho de 2021, frente a R\$ 103,9 milhões no mesmo período em 2020.

Por fim, ainda sem grande expressividade no volume de prêmios emitidos no período, destaca-se o início de operações no segmento de seguro de transportes em fevereiro de 2021. Essa iniciativa corrobora com a estratégia da Companhia de buscar novas oportunidades em que ela possa se destacar como referência na qualidade de subscrição, provedor de serviços diferenciados e especialista no segmento.

O índice de sinistralidade geral em 2021 ficou em 2,9% contra 38,8% no mesmo período de 2020. Essa redução se deu, principalmente, nos ramos de responsabilidade civil e riscos nomeados operacionais.

Adicionalmente, o controle sobre as despesas administrativas também é característica marcante da Companhia. Mesmo com o aumento de estrutura, e contratação de novos

funcionários, quando comparamos as despesas com o montante de prêmio emitido, temos um índice de 1,85% no período, um aumento de apenas 0,58 p.p quando comparado com o mesmo período de 2020, que foi de 1,27%. Esse indicador reflete uma gestão eficiente, monitoramento constante e planejamento assertivo nas ações realizadas.

A Companhia ampliou os seus investimentos em tecnologia e processos estruturados para ter um desenvolvimento contínuo e alinhado com o planejamento estratégico e política de gestão de riscos definida pela Administração. Esse posicionamento garante o alcance do retorno esperado em suas carteiras.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, o Resultado Financeiro apresentou um desempenho negativo de R\$ 1,2 milhão (R\$ 19,6 milhões positivo em 30 de junho de 2020), reflexo da performance dos ativos financeiros no exterior que, adicionado ao impacto da apreciação do Real frente ao Dólar, ocasionou desempenho negativo nessa rubrica.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 3,0 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 20,3 milhões em 30 de junho de 2020). O patrimônio líquido apurado em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 192,5 milhões (R\$ 190,2 milhões em 31 de dezembro de 2020), e o ativo total atingiu o montante de R\$ 2,6 bilhões em 30 de junho de 2021 (R\$ 1,8 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia reforça seu esforço constante na melhoria dos processos operacionais e no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos períodos. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021.

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Seguradora S.A.** (Austral Seguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das

operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da **Austral Seguradora S.A.**, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

Margo Isabel Black
Presidente

Paulo Pereira Ferreira
Membro

Leonardo de Assis Portugal
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias intermediárias

Aos acionistas da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui, dentre outras, as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e possui provisões de ativos de resseguros referentes a: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE").</p> <p>Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		2.201.124	1.491.894
Disponível		45.438	7.890
Aplicações financeiras	5	190.700	299.859
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	892.707	427.740
Prêmios a receber		882.410	412.878
Operações com seguradoras		1.662	3.310
Operações com resseguradoras		8.635	11.552
Outros créditos operacionais		2.196	2.053
Ativos de resseguro	13	1.034.313	707.298
Títulos e créditos a receber	8	3.727	12.106
Títulos e créditos a receber		26	9.023
Créditos tributários		3.264	2.968
Outros créditos		437	115
Custos de aquisição diferidos	9	32.043	34.948
Não circulante		399.104	334.216
Realizável a longo prazo		392.762	327.756
Aplicações financeiras	5	107.289	26.973
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	83.511	94.220
Ativos de resseguro	13	148.663	154.424
Títulos e créditos a receber	8	952	868
Outros valores e bens		6.111	-
Custos de aquisição diferidos	9	46.236	51.271
Imobilizado		2.169	2.292
Intangível		4.173	4.168
Total do ativo		2.600.228	1.826.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		2.084.881	1.293.702
Contas a pagar		50.449	27.568
Obrigações a pagar		375	4.618
Impostos e encargos sociais a recolher	10	47.024	21.275
Encargos trabalhistas		2.098	1.218
Impostos e contribuições		952	457
Débitos de operações com seguros e resseguros		883.991	445.223
Prêmios a restituir		4.138	8.774
Operações com seguradoras		26.302	8.181
Operações com resseguradoras	11	832.294	390.315
Corretores de seguros e resseguros		19.390	21.843
Outros débitos operacionais		1.867	16.110
Depósitos de terceiros	12	3.956	3.146
Provisões técnicas	13	1.145.042	817.765
Outros débitos		1.443	-
Não circulante		322.896	342.164
Débito das operações com seguros e resseguros		68.451	82.809
Operações com seguradoras		5.731	9.006
Operações com resseguradoras	11	44.542	52.909
Corretores de seguros e resseguros		18.178	20.894
Provisões técnicas	13	249.046	259.355
Outros débitos		5.399	-
Patrimônio líquido	16	192.451	190.244
Capital social		107.025	107.025
Reserva de capital		19	19
Reserva de lucros		82.284	82.284
Ajuste de avaliação patrimonial		81	916
Lucros acumulados		3.042	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.600.228	1.826.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
Prêmios emitidos		814.222	883.663
Variações das provisões técnicas de prêmios		(309.609)	(545.280)
Prêmios ganhos	21/22.a	504.613	338.383
Sinistros ocorridos	22.b	(14.850)	(131.252)
Custos de aquisição	22.c	(19.156)	(18.407)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	294	(804)
Resultado com resseguro	22.e	(445.091)	(158.549)
Despesas administrativas	22.f	(15.056)	(11.186)
Despesas com tributos	22.g	(4.226)	(5.933)
Resultado financeiro	22.h	(1.256)	19.576
(=) Resultado antes dos impostos e participações		5.272	31.828
Imposto de renda	19	(1.221)	(7.111)
Contribuição social	19	(819)	(3.941)
Participações sobre o lucro		(190)	(519)
(=) Lucro líquido do semestre		3.042	20.257
Quantidade de ações		69.177.394	60.063.361
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	20	0,0439	0,3372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração de resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro líquido do semestre		3.042	20.257
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:			
Ativos financeiros disponíveis para venda		(835)	(3.065)
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	(1.392)	(5.108)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.a	557	2.043
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos impostos		(835)	(3.065)
Total de resultados abrangentes do período		2.207	17.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	79.227	27.798	2.020	7.513	63.261	3.306	-	183.125
Cancelamento Remuneração baseada em ações	-	-	(2.000)	-	-	-	-	(2.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	20.257	20.257
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(3.065)	-	(3.065)
Distribuição de Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(4.429)	(4.429)
Saldos em 30 de junho de 2020	79.227	27.798	20	7.513	63.261	241	15.828	193.888
Saldos em 01 de janeiro de 2021	107.025	-	19	8.826	73.458	916	-	190.244
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	3.042	3.042
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(835)	-	(835)
Saldos em 30 de junho de 2021	107.025	-	19	8.826	73.458	81	3.042	192.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	3.042	20.257
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.452	910
Incentivo baseado em ações	-	(2.000)
Perda por redução ao valor recuperável	(265)	680
Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros	1.746	(29.751)
Outros ajustes	(381)	(721)
	<u>5.594</u>	<u>(10.625)</u>
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	28.008	80.132
Créditos das operações com seguros e resseguros	(453.707)	(705.287)
Títulos e créditos a receber	2.129	38.457
Depósito de terceiros	810	2.751
Custos de aquisição diferidos	7.940	(9.786)
Impostos e contribuições	27.876	67.912
Débitos de operações com seguros e resseguros	423.980	585.592
Obrigações a pagar	3.347	(5.867)
Provisões técnicas de seguros e resseguros	(6.031)	(27.287)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(752)	(13.833)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>39.194</u>	<u>2.159</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(142)	(190)
Aquisição de intangível	(758)	(1.149)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(900)</u>	<u>(1.339)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(7.918)
Arrendamentos	(746)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(746)</u>	<u>(7.918)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>37.548</u>	<u>(7.098)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	7.890	29.833
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	45.438	22.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia concentra suas operações nos ramos de seguro garantia, tanto público quanto privado, fiança locatícia, riscos de petróleo, riscos marítimos (casco), lucros cessantes, responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil profissional (E&O), responsabilidade civil de riscos ambientais, responsabilidade civil geral, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais e compreensivo empresarial. A Companhia avalia permanentemente oportunidades em linhas de negócio que apresentem alinhamento com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia iniciou operações no segmento de transportes, nas modalidades transporte nacional e internacional, responsabilidade civil transportador (carga) em viagens internacionais, ferroviárias, aéreas, rodoviárias, aquaviárias e desvio de carga.

A Companhia atua em todo o território brasileiro, predominantemente nas seguintes linhas:

- i. Seguro garantia – setor público e setor privado

Este seguro garante o cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela parte contratada (tomador), junto ao contratante (segurado). O seguro garantia protege contra eventuais prejuízos ocasionados pelo descumprimento de cláusulas em um contrato.

O seguro garantia substitui outras formas de garantia comumente utilizadas no mercado, apresentando algumas vantagens, sendo as principais: (i) não compromete as linhas de crédito das empresas, deixando seus recursos financeiros livres para a sua atividade operacional; (ii) agilidade na contratação e (iii) menor onerosidade econômica.

O seguro garantia é normalmente solicitado em contratações da Administração Pública ou Privada, para assegurar o cumprimento de obrigações em contratos de construção, fornecimento, prestação de serviços, concessões de serviços públicos, participação em licitações, além de ser amplamente utilizado em novos processos judiciais, visando garantir o juízo, assim como em substituição a depósitos judiciais outrora realizados.

Entre as modalidades de seguro garantia oferecidas pela Companhia, destacam-se:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Seguro garantia judicial: este seguro garante valores em discussão em ações judiciais que exigem depósito em juízo ao longo dos processos, como nova garantia ou em substituição a garantia previamente existente, seja em âmbito cível, trabalhista, tributário ou em depósitos recursais, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, e outras.
- Seguro garantia administrativo para créditos tributários: este seguro atesta a veracidade dos créditos tributários informados pelo tomador em processos administrativos no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo geralmente utilizado para liberação dos referidos créditos ou ainda para cobrir a permanência do tomador em regimes especiais de tributação.
- Seguro garantia aduaneiro: este seguro garante o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao Termo de Responsabilidade a que se refere o Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto.
- Seguro garantia do licitante: este seguro garante que em licitações públicas ou privadas, o tomador vencedor do certame mantenha sua proposta e assine o contrato nas condições apresentadas e dentro do prazo estabelecido no edital. Este seguro é frequentemente solicitado em procedimentos licitatórios como leilões, concorrências públicas, tomadas de preços e cartas convites.
- Seguro de garantia de construção, fornecimento ou prestação de serviços: esta modalidade garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato para construção, fornecimento ou prestação de serviços, protegendo o segurado contra o risco de inadimplência do tomador.
- Seguro garantia de concessões: este seguro garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato de concessão para exploração de um bem ou serviço público como rodovias, saneamento, energia, entre outros.
- Seguro garantia de adiantamento de pagamentos: este seguro garante que os valores recebidos a título de adiantamento em contratos sejam destinados à execução imediata do objeto contratual, ou seja, a realização da etapa prevista de uma obra por exemplo, até sua conclusão. Este tipo de seguro permite, por exemplo, a liberação de recursos para um fornecedor, sem que o mesmo tenha que utilizar seu fluxo de caixa e, para o contratante, representa uma garantia que os recursos adiantados serão aplicados no fornecimento do equipamento ou na realização das obras conforme previsto contratualmente.
- Seguro garantia de manutenção corretiva: este seguro garante a execução de ações corretivas apontadas pelo contratante e necessárias para a reparação de problemas ocorridos no decorrer da execução contratual, por responsabilidade exclusiva do tomador.

ii. Seguro de fiança locatícia

O seguro de fiança locatícia possibilita a substituição do fiador e garante ao proprietário de imóvel (locador) o recebimento dos aluguéis e encargos vencidos e não pagos pelo inquilino. Esta característica permite agilidade na aprovação da sua proposta de aluguel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O seguro de fiança locatícia é regulado por normas específicas, principalmente pela Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada), que define e limita as garantias de locação.

iii. Seguros de riscos de petróleo

O seguro de riscos de petróleo garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, exploração, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (“onshore”) e no mar (“offshore”). Além disso, também garante a cobertura para obras e construções ligadas ao setor, bem como para perdas de receitas derivadas de interrupção de negócios.

Os segurados desse produto podem ser os operadores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que operam no ramo de petróleo e gás e para coberturas de riscos de construção de equipamentos offshore.

iv. Seguro de riscos marítimos (casco)

Este tipo de seguro visa dar proteção para armadores visando cobrir riscos de perdas ou danos que alcancem qualquer tipo de embarcação em operação, construção ou em reparo. Esse tipo de seguro destina-se a pessoas físicas ou jurídicas que exploram comercialmente uma embarcação mercante, sendo ou não o seu proprietário.

Entre as coberturas mais comuns deste tipo de seguro: (i) cobertura para danos ao casco e às máquinas das embarcações; (ii) perda total da embarcação; (iii) assistências e salvamentos; (iv) avaria grossa; (v) responsabilidade civil por abalroação além de outras coberturas complementares, como por exemplo: desembolso (D), responsabilidades excedentes (RE), valor aumentado (VA), cobertura de construtores navais, cobertura de responsabilidade civil dos reparadores de navios, cobertura de responsabilidade civil (P&I). Além das coberturas complementares, há uma gama de coberturas adicionais que podem ser contratadas em conjunto, como: riscos de guerra, torpedo e minas, riscos de greves, motins e comoções civis, perda de receita e perda de frete.

v. Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)

O seguro D&O cobre os valores devidos a terceiros por diretores ou executivos da empresa contratante do seguro em virtude de investigações e processos judiciais, administrativos ou arbitrais relacionados à sua atuação na capacidade de administradores da sociedade contratante. Isso inclui, mas não se limita a, processos de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em virtude da responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária do diretor ou executivo.

Entre as coberturas de D&O, podem ser elencadas: (i) indenização direta ao segurado (ex. administrador); (ii) indenização ao tomador (ex. empresa) que tenha adiantado os custos ao segurado; e (iii) indenização aplicada nos casos em que a empresa possui negociação de valores mobiliários, na qual podem ser seguradas, por exemplo, casos de reclamações relacionadas à gestão.

É importante mencionar que esse produto apresenta como possibilidade a contratação de um produto secundário de responsabilidade civil ambiental para diretores e administradores,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

cobrindo os custos de defesa e eventuais indenizações devidas pelo segurado em reclamações que envolvam danos causados ao meio ambiente sem abranger os custos de limpeza devidos.

vi. Seguro de responsabilidade civil profissional (E&O)

Este seguro possui cobertura para indenização decorrente de reclamações de terceiros contra o segurado, o qual pode ser uma pessoa física ou jurídica especificada na apólice, por falhas profissionais pelas quais o mesmo seja responsabilizado, resultando em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Este seguro é normalmente utilizado por profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço que estejam sujeitas a reclamações sobre o desempenho de sua atividade (ex. escritórios de advocacia), cobrindo os custos de defesa e as eventuais indenizações devidos pelo segurado quando houver sua responsabilização legal em função de eventual falha profissional, sempre conforme termos pactuados nas apólices.

vii. Seguro de riscos de engenharia

O seguro de riscos de engenharia tem por objetivo garantir o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes de acidentes ocorridos durante a fase de execução de obras, instalação e montagem de máquinas e equipamentos novos.

Estes seguros normalmente são oferecidos para contratação nas seguintes modalidades:

- Contractors All Risks (CAR): seguro destinado para cobrir construção (ex.: de uma planta ou prédio) incluindo eventualmente responsabilidades contra terceiros.
- Erection All Risks (EAR): seguro destinado para cobrir riscos de instalação e montagem de máquinas e equipamentos.

viii. Seguros de riscos nomeados e operacionais

O seguro de riscos nomeados e operacionais são aqueles que garantem perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em geral, oferecem coberturas para incêndio, queda de raio, explosão ou implosão, danos elétricos, quebra de máquinas, inundação, ou seja, danos ligados as operações de plantas industriais ou de empresas nos mais diversos segmentos da economia. Para os casos em que a importância segurada é inferior ao limite estabelecido em legislação de R\$ 100 milhões, a Companhia emite esse tipo de seguro no ramo de compreensivo empresarial.

ix. Seguros de transportes

Seguros de transportes garantem ao segurado uma indenização pelos prejuízos causados aos bens segurados durante o seu transporte em viagens aquaviárias, terrestres e aéreas, sejam em percursos nacionais ou internacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1.2. Impactos COVID - 19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em 11 de março de 2020 estado de pandemia em razão do COVID-19. As medidas recomendadas pela OMS e adotadas pelas autoridades públicas envolveram o isolamento social, restrições a viagens nacionais e internacionais, interrupção no funcionamento normal dos negócios, resultando em um ambiente marcado por instabilidade social e econômica. Governos e bancos centrais vêm intervindo na economia de seus países, adotando medidas emergenciais e estímulos. Na economia nacional, as medidas adotadas pelo governo, incluíram a redução dos juros, a suspensão temporária de tributos (diferimento do PIS/COFINS), e a concessão de benefícios fiscais aos setores mais afetados.

A Companhia tem acompanhado de perto a evolução dos impactos causados globalmente pela pandemia, bem como as medidas adotadas pelos governos até o momento para auxiliar a manutenção de empregos e retomada da economia, em decorrência do agravamento da pandemia ao longo do primeiro semestre de 2021. No entanto, ainda existem incertezas quanto às novas medidas, o que dificulta a previsibilidade de novos impactos diretos e/ou indiretos que poderão ser causados pela pandemia.

A Companhia continua mantendo suas equipes trabalhando em regime de “home office” desde 17 de março de 2020, com todos os seus processos em pleno funcionamento, sem prejuízo para suas operações, objetivando reduzir impactos na qualidade de atendimento de seus clientes, bem como os riscos aos seus funcionários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pelo Conselho da Companhia em 30 de agosto de 2021.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em Reais - (R\$), e foram arredondados para milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do semestre.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia possui 100% de suas operações classificadas como seguros e exerceu a opção prevista na revisão do pronunciamento técnico número 12 que prevê a possibilidade do emissor aplicar a nova norma de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9) em conjunto com o IFRS 17 – *Insurance Contracts*, que entrará em vigor apenas a partir de 01/01/2023. Devido a essa exceção, a Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*), e contabiliza seus instrumentos financeiros como descrito a seguir:

- **Derivativos**

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações adotadas na construção das curvas de rendimento são obtidas principalmente na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Partners e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, dado o status do mercado e a estratégia de investimentos em alinhamento com a gestão de riscos da Companhia. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado do fundo imobiliário listado em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Empréstimos e Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3 Custo de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3.4. Ativos e passivos de resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte, concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado, com efeito adverso sobre o detentor da apólice. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho, bem como as respectivas parcelas de comissão, reconhecidas no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro, e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e a base de cessão do mesmo.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação, e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

3.5. Salvados e ressarcimentos

A Companhia apresenta metodologia, descrita em nota técnica atuarial, para constituição de um redutor das provisões de sinistros relativo à expectativa de ressarcimento nas operações do grupamento de riscos financeiros.

A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de ressarcimento de sinistros ainda não pagos. Não sendo considerada como ajuste das provisões de sinistros os valores relativos à expectativa de recebimento de ressarcimentos de sinistros já liquidados. Quando um sinistro é liquidado (total ou parcialmente) essa estimativa de ressarcimento é registrada no ativo da Companhia.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro de outra parte (o beneficiário da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos beneficiários da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o beneficiário da apólice. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de seguro significativo por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguro Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE inclui parcela derivada da triangulação do desenvolvimento de prêmios e parcela relativa ao tratamento individual de apólices específicas, já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

É constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos até a data-base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

A provisão é constituída a partir de análise individualizada de cada sinistro, correspondendo sempre a melhor estimativa dos valores a pagar dos sinistros já avisados à Companhia.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo. A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa por meio de testes de consistência mensais.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

- **Provisão de despesas relacionadas - PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Teste de adequação de passivo**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros e resseguro, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo foi realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia apresenta estimativas de fluxos de caixa em moeda nacional e dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. Foi projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo, e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, apenas mantém os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a um atingimento tanto de metas globais como de metas departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas no início de cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo à ação (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

As estimativas de realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 30 de junho de 2021, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da Administração.

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

Os prêmios a receber têm o *impairment* reconhecido a partir dos riscos de inadimplência entre outros fatores. A provisão é feita com base na expectativa de recebimento da administração e na análise individualizada com base em dados históricos de cada um dos clientes. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras intermediárias, é feita a avaliação de forma individualizada se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro disponível para venda que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

- **Sinistros**

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com seguros e resseguros - Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros e resseguro (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8a);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos - Redução do valor recuperável (nota 8);
- Provisões para contingências (nota 15);
- Provisões Técnicas (nota 13).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante o período.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 e não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores:

Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06/ IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2021.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

A Companhia atendeu aos critérios dos normativos e optou pela isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11), e estima adotar o IFRS 9 / CPC 48 em 01/01/2023. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações alteradas não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.
- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

O Grupo Austral adota como definição, que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são: avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia do Grupo Austral.

O Grupo Austral também utiliza o conceito de três linhas, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos da Companhia, sendo esta construída em linha com as estratégias de negócios, a definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial.

Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

<u>Região geográfica</u>	<u>Distribuição de prêmio bruto de resseguro</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Centro Oeste	938	852
Nordeste	10.029	3.309
Norte	490	1.184
Sudeste	798.959	870.837
Sul	3.806	7.481
Total	814.222	883.663

<u>Região geográfica</u>	<u>Distribuição de prêmio líquido de resseguro</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Centro Oeste	499	447
Nordeste	5.336	1.691
Norte	234	614
Sudeste	34.367	72.367
Sul	1.849	3.932
Total	42.285	79.051

a) **Gestão de risco de Subscrição**

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é o risco de o prêmio cobrado pelos riscos vigentes ser insuficiente para cobrir os sinistros a ocorrer (risco de emissão/precificação), ou dos custos futuros com pagamentos de sinistros ocorridos mostrarem-se maiores que o valor da provisão de sinistros a ocorrer estabelecida no momento atual. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A exposição ao risco é mitigada por meio da diversificação da carteira e seletividade analítica dos riscos subscritos, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante dos indicadores internos e do mercado para realização de eventuais ajustes.

Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e definidos procedimentos operacionais para avaliação de riscos, assim como um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos. Destacamos que, dentre os

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

procedimentos contempla-se o regime de alçadas decisórias, como suporte a decisões técnicas, sendo estes documentos formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas os envolvidos.

Adicionalmente, faz-se uso do resseguro como parte do seu programa de gestão de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Por fim, pelo ponto de vista de concentração de negócios, a carteira do ramo de seguro garantia é responsável por impacto considerável nos resultados operacionais, correspondendo a 40% do total do resultado técnico do segmento de seguros, ou seja, R\$ 10.117 (63% e R\$ 35.936 em 31 de dezembro de 2020).

Análise de sensibilidade

Com o intuito de realizar uma análise de sensibilidade para a sinistralidade, o Grupo Austral adotou um cenário de teste de sensibilidade com agravamento de 10% da sua sinistralidade ocorrida no semestre por ramo de operação. Utilizou-se também uma premissa de 10% de sinistralidade ocorrida mínima por ramo de atuação, para aqueles que tiveram sinistralidade ocorrida agravada abaixo deste patamar. A partir dessas sinistralidades agravadas foi apurado o impacto no resultado do semestre e no patrimônio líquido.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	30/06/2021		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto%
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	192.451	191.601	(850)
Lucro líquido do período	3.042	2.192	(850)
Impacto (%) no resultado do período			(27,9%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,4%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	192.451	192.419	(32)
Lucro líquido do período	3.042	3.010	(32)
Impacto (%) no resultado do período			(1,1%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			0,0%
30/06/2020			
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	534.679	519.852	(14.827)
Prejuízo do período	(5.967)	(20.794)	(14.827)
Impacto (%) no resultado do período			248,48%
Impacto (%) no patrimônio líquido			(2,77%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	534.679	534.081	(598)
Prejuízo do período	(5.967)	(6.565)	(598)
Impacto (%) no resultado do período			10,02%
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,11%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos do Grupo Austral define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, o Grupo Austral considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

O comitê de investimentos do Grupo Austral, se reúne de forma perene para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos, incluindo as operações sujeitas à variação: das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value-at-Risk (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

O Grupo Austral monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além do exposto acima, o Grupo Austral realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,26% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,21% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 888. Com nível de confiança de 99%,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

observou-se uma perda de 0,35% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,52% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 1.161.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,25% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,25% em 31 de dezembro 2020), que equivale a R\$ 854. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,35% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,36% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 1.195.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps):

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

30/06/2021		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	11,28 MM
II	(100 bps)	5,64 MM
III	100 bps	(5,64 MM)
IV	200 bps	(11,28 MM)

30/06/2020		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	1,33%
II	(100 bps)	0,66%
III	100 bps	(0,66%)
IV	200 bps	(1,33%)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

O Grupo Austral entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise do Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30/06/2021							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	
Disponível	45.438	-	-	-	-	-	-	45.438
Disponíveis para venda								
Privados	1.104	-	-	-	-	-	-	1.104
Públicos	96.467	-	-	-	-	-	-	96.467
Exterior	9.718	-	-	-	-	-	-	9.718
Créditos com operações seguros (*)	961.492	3.970	298	373	362	1.009	1.085	968.589
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.114.219	3.970	298	373	362	1.009	1.085	1.121.316

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2020							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	
Disponível	7.890	-	-	-	-	-	-	7.890
Disponíveis para venda								
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	16.924	-	-	-	-	-	-	16.924
Exterior	10.049	-	-	-	-	-	-	10.049
Créditos com operações seguros (*)	501.386	5.001	1.042	978	194	1.540	319	510.460
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	536.249	5.001	1.042	978	194	1.540	319	545.323

*Os valores de créditos com operações com seguros estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito a que a Companhia está exposta considerando os ratings obtidos através do site da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privado – SUSEP.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(i) Operações da Seguradora

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	30/06/2021		31/12/2020	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	427	0,11	616	0,13
AA+	Aa1	AA+	A+	74.233	19,05	79.734	16,30
AA	Aa2	AA	A+	4.408	1,13	4.865	0,99
AA-	Aa3	AA-	A	46.010	11,81	43.318	8,86
A+	A1	A+	A	41.409	10,63	39.793	8,14
A	A2	A	A-	145.860	37,43	11.038	2,26
A-	A3	A-	A-	1.737	0,45	230.242	47,06
BBB+	Baa1	BBB+	B++	75.577	19,40	79.543	16,26
Total				389.661	100,00	489.149	100,00

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de perda decorrente da possibilidade do Grupo Austral não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos.

A Administração possui visibilidade diária da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

O Grupo Austral tem por filosofia ser conservador em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 85,26% (83,97% em 31 de dezembro de 2020) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 11,50% (12,9% em 31 de dezembro de 2020) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 3,24% (3,13% em 31 de dezembro de 2020) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

30/06/2021

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	45.438	-	45.438
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	185.881	4.819	190.700
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.289	-	107.289
Crédito das operações de seguros e resseguros	892.707	83.511	976.218
Outros créditos operacionais	2.196	-	2.196
Títulos e créditos a receber	3.727	952	4.679
Total de ativos	1.237.238	89.282	1.326.520
Contas a pagar	50.449	-	50.449
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	110.729	100.384	211.113
Débito das operações de seguros e resseguros	883.991	68.451	952.442
Depósito de terceiros	3.956	-	3.956
Outros débitos	1.443	5.399	6.842
Total de passivos	1.050.568	174.234	1.224.802

31/12/2020

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	7.890	-	7.890
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	295.585	4.274	299.859
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.973	-	26.973
Crédito das operações de seguros e resseguros	427.740	94.220	521.960
Outros créditos operacionais	2.053	-	2.053
Títulos e créditos a receber	12.106	868	12.974
Total de ativos	772.347	99.362	871.709
Contas a pagar	27.568	-	27.568
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	110.467	104.931	215.398
Débito das operações de seguros e resseguros	445.223	82.809	528.032
Depósitos de terceiros	3.146	-	3.146
Total de passivos	586.404	187.740	774.144

4) Risco Cambial

O Grupo Austral opera carteira de investimentos em dólares norte americano. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,00 em 30 de junho de 2021;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,15 estimada para 31 de dezembro de 2021 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2021;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,85);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,27);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,12); e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 8,55).

30/06/2021		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(6,8%)	1,28 MM
I	(50,0%)	(21,62 MM)
II	(25,0%)	(10,81 MM)
III	25,0%	10,81 MM
IV	50,0%	21,62 MM

30/06/2020		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(4,9%)	(3,65MM)
I	(50,0%)	(37,53MM)
II	(25,0%)	(18,76MM)
III	25,0%	18,76MM
IV	50,0%	37,53MM

5. Aplicações

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30 de junho de 2021						Valor contábil das aplicações	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses de mercado	Valor contábil de mercado				
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	29.360	106.078	4.626	140.064	140.196	47%	47%	
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	50.636	-	-	-	50.636	50.636	17%	17%	
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país	IPCA	-	-	-	96.467	96.467	96.517	32%	32%	
Debentures	IPCA	-	-	-	1.104	1.104	1.060	1%	1%	
Títulos privados no exterior	5,12%	-	-	9.718	-	9.718	9.579	3%	3%	
Total		50.636	29.360	115.796	102.197	297.989	297.988	100,00%	100,00%	

	31 de dezembro de 2020						Valor contábil das aplicações	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses de mercado	Valor contábil de mercado				
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	19.112	208.405	18.687	246.204	246.609	75%	75%	
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	53.655	-	-	-	53.655	53.655	17%	17%	
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país	IPCA	-	-	-	16.924	16.924	15.543	5%	5%	
Títulos privados no exterior	5,12	-	-	10.049	-	10.049	9.905	3%	3%	
Total		53.655	19.112	218.454	35.611	326.832	325.712	100%	100%	

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário R\$ 16.233 (R\$ 18.358 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de crédito privado R\$ 6.307 (R\$ 6.188 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de ações R\$ 4.971 (R\$ 4.838 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de investimento em participações R\$ 12.668 (R\$ 13.685 em 31 de dezembro de 2020), Fundo multimercado R\$ 7.599 (R\$ 7.570 em 31 de dezembro de 2020) e Fundo de renda fixa R\$ 2.858 (R\$ 2.836 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para instrumentos financeiros (ativos ou passivos) idênticos, observáveis na data de mensuração e registro do instrumento financeiro.
- Nível 02: Preços não cotados nos mercados abarcados pelo “Nível 01”, porém cuja precificação seja direta ou indiretamente observável.

	30 de junho de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	7.849	26.554	34.403	27.948	25.707	53.655
Quotas de fundos imobiliários	16.233	-	16.233	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	140.064	-	140.064	246.204	-	246.204
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa - privados:						
Debêntures	-	1.104	1.104	-	-	-
Títulos privados no exterior	9.718	-	9.718	10.049	-	10.049
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	96.467	-	96.467	16.924	-	16.924
Total	270.331	27.658	297.989	301.125	25.707	326.832

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019 (Reclassificado)	203.125	81.876	285.001
(+) Aplicações	356.000	71.900	427.900
(-) Resgates	(256.546)	(142.861)	(399.407)
(+) Rendimentos	(2.315)	7.666	5.351
(+/-) Oscilação Cambial	-	12.376	12.376
(+/-) Ajuste ao valor justo	(405)	(3.984)	(4.389)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	299.859	26.973	326.832
(+) Aplicações	59.721	81.162	140.883
(-) Resgates	(168.573)	(613)	(169.186)
(+) Rendimentos	(581)	1.534	953
(+/-) Oscilação Cambial	-	(375)	(375)
(+/-) Ajuste ao valor justo	274	(1.392)	(1.118)
Saldo final em 30 de junho de 2021	190.700	107.289	297.989

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a pagar
		30/06/2021	30/06/2021
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	02/08/2021	11.499	105

d.2) Margens dadas em garantia

Ativo	Vencimento	Quantidade	30/06/2021
			Valor
LFT	01/03/2023	147	1.707
Total		147	1.707

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de prêmios não ganhos	1.141.543	828.901
Provisão de sinistros a liquidar	213.004	207.517
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	29.396	32.094
Provisão de despesas relacionadas	10.145	8.608
Total das provisões técnicas	1.394.088	1.077.120
Direitos creditórios	(868.595)	(449.610)
Custo de aquisição diferido redutores	(45.563)	(48.094)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(129.411)	(229.416)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(193.081)	(186.806)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(26.670)	(29.091)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(9.010)	(7.578)
Total das exclusões	(1.272.330)	(950.595)
Total das provisões técnicas para cobertura	121.758	126.525
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	71.740	133.267
Notas do tesouro nacional - NTN-B	66.952	16.924
Quotas de fundos de investimentos	9.732	9.472
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	148.425	159.663
Suficiência das provisões técnicas	26.667	33.138

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prêmios a receber de segurados	965.921	507.098
Operações com seguradoras	1.662	3.310
Operações com resseguradoras	8.635	11.552
Total	976.218	521.960
Total Circulante	892.707	427.740
Total não circulante	83.511	94.220
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	84.804	29.800
De 31 a 60 dias	62.049	273.116
De 61 a 120 dias	342.037	33.512
De 121 a 180 dias	320.163	23.122
De 181 a 360 dias	69.226	47.616
Superior a 360 dias	83.213	94.220
Total de prêmios a vencer	961.492	501.386

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	3.970	5.001
De 31 a 60 dias	298	1.042
De 61 a 120 dias	373	978
De 121 a 180 dias	362	194
De 181 a 360 dias	1.009	1.540
Superior a 360 dias	1.085	319
Total de prêmios vencidos	7.097	9.074
Redução ao valor recuperável	(2.668)	(3.362)
Total de prêmios a receber	965.921	507.098

Movimentação dos prêmios a receber

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	507.098	279.686
(+) Prêmios emitidos (a)	757.818	1.277.452
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	114.276	(44.471)
(+) Imposto sobre operações financeiras	50.857	81.051
(-) Recebimentos	(464.822)	(1.085.463)
(-) Redução ao valor recuperável	694	(1.157)
Saldo final	965.921	507.098

(a) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes.

8. Títulos e créditos a receber

	30/06/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber	26	9.023
Ressarcimento a receber (*)	37.395	37.395
(-) Redução ao valor recuperável	(37.395)	(37.395)
Participação nos lucros a receber	-	8.997
Outros	26	26
Créditos tributários e previdenciários (a)	4.216	3.836
Outros créditos	437	115
Total	4.679	12.974
Total circulante	3.727	12.106
Total não circulante	952	868

(*) Em 30 de junho de 2021 os valores registrados na rubrica de Ressarcimentos a receber encontram-se vencidos a mais de 365 dias .

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) Créditos tributários e previdenciários

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos a compensar / recuperar (i)	28	30
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	2.067	1.722
Crédito tributário Pis e cofins (iii)	1.169	1.216
IR e CS diferido	952	868
Total	4.216	3.836
Total Circulante	3.264	2.968
Total não Circulante	952	868

- (i) Refere-se a créditos tributários provenientes de IRRF e CSRF;
(ii) Montantes a receber provenientes de PIS e COFINS e IR e CS pagos a maior; e
(iii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os créditos e débitos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(3.614)	1.183	3.299	2.888	1.593	868
Ajuste a Valor de Mercado – Valor justo por meio do resultado	(6.445)	(1.793)	9.924	8.131	-	1.686
Ajuste a Valor de Mercado – Disponível para Venda	(2.203)	(2.148)	3.741		1.593	(610)
Outras provisões	5.034	5.124	(10.366)	(5.243)	-	(208)
Total créditos (-) débitos tributários	(3.614)	1.183	3.299	2.888	1.593	868

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	30/06/2021
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	868	5.964	(5.880)	(701)	557	952
Ajuste a Valor de Mercado – Valor justo por meio do resultado	1.686	1.654	(13)	1.641	-	3.327
Ajuste a Valor de Mercado – Disponível para Venda	(610)	704	(147)	-	557	(53)
Outras provisões	(208)	3.318	(5.720)	(2.401)		(2.610)
Adoção CPC-06 - Arrendamento	-	288	-	59	-	288
Total créditos (-) débitos tributários	868	5.964	(5.880)	(701)	557	952

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Garantia	73.164	79.877
Riscos de engenharia	125	159
Riscos de petróleo	2.456	3.515
Lucros cessantes	72	186
Riscos marítimos - cascos	1.342	1.910
Outros	1.120	572
Total	78.279	86.219
Total circulante	32.043	34.948
Total não circulante	46.236	51.271

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	31/12/2020	Constituição	Diferimento / cancelamento	30/06/2021
Garantia	79.877	535	(7.248)	73.164
Riscos de engenharia	159	34	(68)	125
Riscos de petróleo	3.515	673	(1.732)	2.456
Lucros cessantes	186	-	(114)	72
Marítimos - casco	1.910	111	(679)	1.342
Outros	572	660	(112)	1.120
Total Seguradora	86.219	2.013	(9.953)	78.279

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2020
Garantia	68.412	18.024	(6.559)	79.877
Riscos de engenharia	421	94	(356)	159
Riscos de petróleo	1.982	4.636	(3.103)	3.515
Lucros cessantes	255	333	(402)	186
Marítimos - casco	1.290	2.343	(1.723)	1.910
Outros	224	661	(313)	572
Total Seguradora	72.584	26.091	(12.456)	86.219

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido	219	287
Imposto sobre serviço retido	51	80
Imposto operações financeiras	46.414	20.574
Contribuições previdenciárias	293	293
Outros impostos e encargos sociais	47	41
Total circulante	47.024	21.275

11. Débito das operações seguro e resseguro

a) Operações com resseguradoras

	30/06/2021	31/12/2020
Prêmios de resseguro cedido	947.629	533.920
Comissão	(74.261)	(94.164)
Repasse de ressarcimento	3.468	3.468
Total	876.836	443.224
Total circulante	832.294	390.315
Total não circulante	44.542	52.909

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros direto e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

Aging de depósitos de terceiros	30/06/2021	31/12/2020
De 1 a 60 dias	2.329	409
De 61 a 360 dias	746	834
Superior a 360 dias	881	1.903

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Total

3.956

3.146

13. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	30 de junho de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistros e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	213.004	(193.080)	19.924	207.517	(186.806)	20.711
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	29.396	(26.670)	2.726	32.094	(29.092)	3.002
Provisão de despesas relacionadas	10.144	(9.011)	1.133	8.608	(7.577)	1.031
Provisão total de sinistros	252.544	(228.761)	23.783	248.219	(223.475)	24.744
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.141.544	(954.215)	187.329	828.901	(638.247)	190.654
Provisão total de prêmios	1.141.544	(954.215)	187.329	828.901	(638.247)	190.654
Total	1.394.088	(1.182.976)	211.112	1.077.120	(861.722)	215.398
Circulante	1.145.042	(1.034.313)	110.729	817.765	(707.298)	110.467
Não circulante	249.046	(148.663)	100.383	259.355	(154.424)	104.931

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	30 de junho de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento das provisões de sinistros						
Em 1º de janeiro	248.219	(223.476)	24.743	185.428	(163.086)	22.342
Sinistros ocorridos no período	14.850	(11.189)	3.661	89.469	(82.845)	6.624
Sinistros pagos no período	(6.031)	1.088	(4.943)	(27.287)	22.675	(4.612)
Variação cambial	(5.913)	5.891	(22)	(1.325)	1.320	(5)
Atualização monetária	1.419	(1.075)	344	1.934	(1.539)	395
No final do período	252.544	(228.761)	23.783	248.219	(223.475)	24.744
Desenvolvimento das provisões de prêmios						
Em 1º de janeiro	828.900	(638.247)	190.653	635.162	(458.363)	176.799
Prêmios emitidos no período	814.222	(771.937)	42.285	1.046.890	(928.671)	118.219
Prêmio ganho no período	(504.613)	459.373	(45.240)	(838.676)	734.859	(103.817)
Variação cambial	3.035	(3.404)	(369)	(14.475)	13.928	(547)
No final do período	1.141.544	(954.215)	187.329	828.901	(638.247)	190.654

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	207.517	(186.806)	20.711	147.814	(128.755)	19.059
Movimento	5.487	(6.274)	(787)	59.703	(58.051)	1.652
No final do período	213.004	(193.080)	19.924	207.517	(186.806)	20.711
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	32.094	(29.092)	3.002	31.485	(28.906)	2.579
Movimento	(2.698)	2.422	(276)	609	(186)	423
No final do período	29.396	(26.670)	2.726	32.094	(29.092)	3.002
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	8.608	(7.578)	1.030	6.129	(5.425)	704
Movimento	1.536	(1.433)	103	2.479	(2.152)	327
No final do período	10.144	(9.011)	1.133	8.608	(7.577)	1.031

14. Desenvolvimento de sinistro

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	712	123.881	4.443	89.283	264.616	30.396	19.170	10.874
Um ano mais tarde	618	86.060	39.252	110.840	266.906	109.338	22.166	
Dois anos mais tarde	612	88.602	47.754	103.414	255.142	103.501		
Três anos mais tarde	612	88.601	14.260	103.779	255.369			
Quatro anos mais tarde	312	88.601	5.906	104.719				
Cinco anos mais tarde	312	88.607	5.856					
Seis anos mais tarde	312	88.607						
Sete anos mais tarde	312							
Posição em 30/06/2021	312	88.607	5.856	104.719	255.369	103.501	22.166	10.874
Falta acumulada (*)	(400)	(35.274)	1.412	15.436	(9.247)	73.105	2.996	-
Falta acumulada (%)	(56%)	(28%)	32%	17%	(3%)	241%	16%	-
Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	30	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	116
Um ano mais tarde	208	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	597	
Dois anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241	173.750	21.417		
Três anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241	173.763			
Quatro anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241				
Cinco anos mais tarde	312	88.590	5.855					
Seis anos mais tarde	312	88.590						
Sete anos mais tarde	312							
Posição em 30/06/2021	312	88.590	5.855	100.241	173.763	21.417	597	116
Provisão de sinistros a liquidar	1.700	123.605	8.344	49.892	305.084	141.855	196.285	200.511
Provisão sinistro ocorrido não avisado	5.461	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	29.396
Provisão de despesas relacionadas	6	-	-	-	5.212	5.465	15.139	8.550
Total de passivo	7.167	133.772	21.076	99.170	362.162	178.805	243.518	238.457

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Ano de aviso (**)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até a data-base	20.905	712	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170
Um ano mais tarde	20.702	618	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	-
Dois anos mais tarde	20.735	612	88.602	47.754	103.413	255.142	-	-
Três anos mais tarde	20.735	612	88.601	14.259	103.779	-	-	-
Quatro anos mais tarde	20.735	312	88.601	5.906	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	20.735	312	88.607	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	20.735	312	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	20.735	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2020	20.735	312	88.607	5.906	103.779	255.142	109.338	19.170
Falta acumulada (*)	(170)	(400)	(35.274)	1.465	14.498	(9.474)	78.942	-
Falta acumulada (%)	(1%)	(56%)	(28%)	33%	16%	(4%)	260%	-
Ano de pagamento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até a data-base	8.518	30	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217
Um ano mais tarde	19.699	208	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	-
Dois anos mais tarde	20.735	312	88.590	2.905	100.241	173.750	-	-
Três anos mais tarde	20.735	312	88.590	2.905	100.241	-	-	-
Quatro anos mais tarde	20.735	312	88.590	2.905	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	20.735	312	88.590	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	20.735	312	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	20.735	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2020	20.735	312	88.590	2.905	100.241	173.750	19.953	217
Provisão de sinistros a liquidar	12.729	1.700	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285
Provisão sinistro ocorrido não avisado	8.009	5.461	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	5.201	5.465	7.165
Total de passivo	20.738	7.161	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	-	7.125	-	28.476	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	8.636	55	29.362	587	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	-
Três anos mais tarde	-	25.495	3.244	29.326	1.888	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	114.625	5.758	29.326	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	-	117.462	6.460	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	-	117.810	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2021	-	117.810	6.460	29.326	1.888	-	-	-
Falta acumulada (*)	-	110.685	6.460	851	1.888	-	-	-
Falta acumulada (%)	-	1.553%	-	3%	-	-	-	-
Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Um ano mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	112.500	-	29.320	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	-	113.670	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	-	113.670	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2021	-	113.670	-	29.320	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	42	7.156	8.672	39.614	28.069	5.961	11.234	12.493
Provisão de despesas relacionadas	-	3	1.155	1.486	1.151	665	2.587	1.594
Total de passivo	42	7.159	9.827	41.100	29.220	6.626	13.821	14.087

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Ano de aviso (**)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até a data-base	1.460	199	674	1.353	6.592	5.322	1.999	435
Um ano mais tarde	1.208	234	(774)	1.417	6.727	4.778	2.258	-
Dois anos mais tarde	1.217	234	(747)	2.027	6.655	3.445	-	-
Três anos mais tarde	1.217	234	(747)	1.943	6.642	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.217	114	(747)	1.922	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.217	114	(747)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.217	114	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.217	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2020	1.217	114	(747)	1.922	6.642	3.445	2.258	435
Falta acumulada (*)	(243)	(85)	(1.422)	569	50	(1.877)	259	-
Falta acumulada (%)	(17%)	(43%)	(211%)	42%	1%	(35%)	13%	-
Ano de pagamento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até a data-base	933	8	437	1.176	6.392	(9.045)	(744)	4
Um ano mais tarde	1.147	114	(774)	1.322	5.522	(9.115)	397	-
Dois anos mais tarde	1.217	114	(747)	1.322	6.601	(9.154)	-	-
Três anos mais tarde	1.217	114	(747)	1.322	6.601	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.217	114	(747)	(1.078)	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.217	114	(747)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.217	114	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.217	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2020	1.217	114	(747)	(1.078)	6.601	(9.154)	397	4
Provisão de sinistros a liquidar	629	257	358	324	415	16.278	17.310	17.932
Provisão sinistro ocorrido não avisado	970	1.046	926	1.939	3.636	2.817	2.579	3.003
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	440	503	666
Total retido	1.599	1.303	1.284	2.263	4.051	19.535	20.392	21.601

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

15. Provisões para contingências

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhuma ação judicial de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas ações judiciais de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	11.234	5.961
Adições	163.773	167.315
Baixas	(162.514)	(162.042)
Total	12.493	11.234

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui 2 causas referentes a ações de cobranças, com probabilidade de perda possível (2 em 31 de dezembro de 2020) e 6 com probabilidade de perda remota (2 em 31 de dezembro de 2020). Os valores reclamados dessas causas somam, respectivamente, R\$6.027 (R\$ 5.470 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 6.466 (R\$ 5.470 em 31 de dezembro de 2020). Todas as causas possuem natureza cível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é representado por 69.177.394 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de março de 2020, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização do lucro líquido remanescente do exercício de 2019, no montante de R\$27.798, com emissão de 9.114.033 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$3,05. Assim, o capital social de R\$79.227 aumentou para R\$107.025, e o número de ações de 60.063.361 para 69.177.394 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio líquido	192.451	190.244
Intangível	(4.173)	(4.168)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	4.529	2.626
Superávit de fluxos dos prêmios não registrados apurados no TAP	1	-
Patrimônio líquido ajustado – PLA	192.808	188.702
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	10.249	16.641
Capital adicional de risco operacional	8.823	7.463
Capital adicional de risco de crédito	14.983	16.695
Capital adicional de risco de mercado	9.800	6.765
Benefício da diversificação	(8.522)	(8.606)
Capital de risco - CR (b)	35.333	38.958
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	35.333	38.958
Patrimônio líquido ajustado	192.808	188.702
(-) Exigência de capital - EC	35.333	38.958
	157.475	149.744
Suficiência de capital - R\$		
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	546%	484%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2020	4.708.047
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2020	4.708.047
Totalidade de opções canceladas até 30 de junho de 2021	-
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2021	4.708.047
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2021	4.708.047

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 4.708.047 opções em aberto representam uma diluição de até 1,67% sobre um total de 281.519.205 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 19 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2020).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
<u>Classificação</u>	<u>Companhia</u>	<u>Companhia</u>
Austral Resseguradora S.A. (a)	38.676	40.032
Total	38.676	40.032

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		Passivo	Passivo
	Classificação	Companhia	Companhia
Austral Resseguradora S.A. (a)	Coligada	35.503	50.146
Vinci Gestora de Recursos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	29	378
Administradores (c)	Pessoal chave	62	0
Total		35.594	50.524

		<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
		Receitas / (Despesas)	Receitas / (Despesas)
	Classificação	Companhia	Companhia
Austral Resseguradora S.A. (a)	Coligada	(14.732)	(13.486)
Vinci Gestora de Recursos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	(171)	(147)
Administradores (c)	Pessoal chave	(2.399)	(862)
Total		(17.302)	(14.495)

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros ;
(b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a companhia.; e
(c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária).

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2021 e 2020, estão reconciliados, como se segue:

	<u>30/06/2021</u>		<u>30/06/2020</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.272	5.272	31.828	31.828
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	(4.429)	(4.429)
Participações estatutárias no lucro	(190)	(190)	(519)	(519)
Base de cálculo	5.082	5.082	26.880	26.880
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(1.271)	(762)	(6.720)	(4.032)
Outras (adições) / exclusões permanentes	5	(10)	(322)	(14)
Variação cambial	813	488	2.247	1.348
Ajuste a valor de mercado	(1.025)	(615)	(2.884)	(1.730)
Participação nos Lucros	380	565	-	-
Outras provisões	54	32	1.096	1.068
(Adições) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	222	470	459	686
Deduções fiscais	7	-	34	-
(Despesa) / receita de tributos correntes	(1.037)	(302)	(6.549)	(3.360)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	(184)	(517)	(562)	(581)
Total despesa	(1.221)	(819)	(7.111)	(3.941)
Alíquota efetiva	24,02%	16,12%	26,45%	14,66%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido dos períodos aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado líquido do período	3.042	20.257
Média ponderada das ações	<u>69.177</u>	<u>60.063</u>
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,0439	0,3372

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Os fatores diluidores referem-se a opções do plano de incentivo de pagamento baseado em ações. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2021 e 2020 são:

<u>Ramos de atuação</u>	<u>Prêmios ganhos</u>		<u>Índice de sinistralidade % (a)</u>		<u>Índice de comercialização % (b)</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Garantia	73.136	77.974	(0,86)	48,46	19,50	18,51
Fiança locatícia	19	317	(11,83)	(2,52)	10,40	21,88
Responsabilidade civil geral	56	45	62,53	326,93	14,34	9,25
R.C. administradores e diretores	9.083	3.774	2,71	16,01	5,23	3,87
R.C. riscos ambientais	117	29	44,08	(5,87)	18,41	18,46
Responsabilidade civil profissional	1.456	160	18,26	15,54	20,72	20,23
Riscos de engenharia	1.989	4.215	19,01	65,31	4,57	5,72
Riscos de petróleo	391.602	230.344	2,15	37,57	0,63	0,76
Lucros cessantes	3.019	4.486	(1,46)	(39,30)	3,93	6,00
Riscos nomeados e operacionais	3.541	374	39,94	226,31	-	11,47
Compreensivo empresarial	29	274	118,05	(7,49)	16,73	11,81
Riscos marítimos - casco	19.755	16.391	20,23	26,51	6,35	8,43
Transportes	811		85,96		17,21	
Total	504.613	338.383	2,94	38,79	3,80	5,44

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros - salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Garantia	47.663	104.349	(31.080)	(50.501)	16.583	53.848	34,79	51,60	65,21	48,40
Fiança locatícia	-	39	-	(30)	-	9	-	23,08	-	76,92
R.C. Administradores diretores	4.030	1.792	(2.055)	(924)	1.975	868	49,01	48,44	50,99	51,56
R.C. Riscos Ambientais	186	67	(95)	(35)	91	32	48,92	47,76	51,08	52,24
Responsabilidade civil geral	84	9	(52)	(5)	32	4	38,10	44,44	61,90	55,56
R.C. Profissional	1.989	433	(1.014)	(221)	975	212	49,02	48,96	50,98	51,04
Riscos de engenharia	211	869	(109)	(604)	102	265	48,34	30,49	51,66	69,51
Riscos de petróleo	640.175	780.954	(620.517)	(759.404)	19.658	21.550	3,07	2,76	96,93	97,24
Lucros cessantes	52	10.171	(46)	(9.299)	6	872	11,54	8,57	88,46	91,43
Riscos nomeados operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compreensivo empresarial	54	7	(34)	(4)	20	3	37,04	42,86	62,96	57,14
Marítimos - casco	5.422	33.592	(3.552)	(27.703)	1.870	5.889	34,49	17,53	65,51	82,47
	479	-	(175)	-	304	-	63,47	-	36,53	-
Total	700.345	932.282	(658.729)	(848.730)	41.616	83.552	5,94	8,96	94,06	91,04

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Garantia	(6.557)	525	3.081	(133)	(3.476)	392	53,01	74,67	47,00	25,33
R.C. Administradores diretores	5.697	6.319	(4.640)	(5.161)	1.057	1.156	18,55	18,33	81,47	81,70
R.C. Riscos Ambientais	16	16	(8)	(8)	8	8	50,00	50,00	51,00	50,00
R.C. Profissional	273	104	(139)	(53)	134	51	49,08	49,04	51,00	50,96
Riscos de engenharia	73	108	(52)	(77)	21	31	28,77	28,70	71,28	71,30
Riscos de petróleo	27	-	(25)	-	2	-	7,41	-	92,21	-
Lucros cessantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riscos nomeados operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimos - casco	74	117	(47)	(73)	27	40	36,49	37,61	62,92	62,39
Total	(397)	7.189	(1.830)	(5.505)	(2.227)	1.678	561,21	23,42	(461,22)	76,60

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro de RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Garantia	(1.837)	(982)	771	(261)	(1.066)	(1.243)	58,03	126,58	41,97	(26,58)
Fiança locatícia	-	(3)	-	1	-	(2)	-	66,67	-	33,33
R.C. Administradores diretores	(4.317)	(5.660)	3.986	3.287	(331)	(2.373)	7,67	41,93	92,33	58,07
R.C. Riscos Ambientais	6	-	(4)	-	2	-	33,33	-	66,67	-
Responsabilidade civil geral	-	(1)	-	1	-	-	-	-	-	100,00
R.C. Profissional	363	16	(205)	(8)	158	8	43,53	50,00	56,47	50,00
Riscos de engenharia	(583)	(112)	396	86	(187)	(26)	32,08	23,21	67,92	76,79
Riscos de petróleo	54.860	(48.183)	(53.548)	46.229	1.312	(1.954)	2,39	4,05	97,61	95,95
Lucros cessantes	(9)	(85)	6	67	(3)	(18)	33,33	21,18	-	78,82
Riscos nomeados operacionais	64.686	(4)	(61.962)	3	2.724	(1)	4,21	25,00	95,79	75,00
Compreensivo empresarial	(123)	(14)	94	12	(29)	(2)	23,58	14,29	76,42	85,71
Marítimos - casco	834	(780)	(778)	206	56	(574)	6,71	73,59	93,29	26,41
Transportes	394	-	(134)	-	260	-	65,99	-	34,01	-
Total	114.274	(55.808)	(111.378)	49.623	2.896	(6.185)	2,53	11,08	97,46	88,92
Total geral	814.222	883.663	(771.937)	(804.612)	42.285	79.051	5,19	8,95	94,80	91,05

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resseguradora local	(696.980)	(707.197)
Resseguradora admitida	(68.488)	(83.624)
Resseguradora eventual	(6.469)	(13.791)
Total	(771.937)	(804.612)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado

	30/06/2021	30/06/2020
a) Prêmios		
Prêmios emitidos direto	716.382	967.158
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	(398)	7.189
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(16.038)	(34.876)
Prêmio riscos vigentes não emitidos	114.276	(55.808)
Varição das provisões técnicas	(309.609)	(545.280)
Prêmios ganhos	504.613	338.383
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações diretas	(15.230)	(92.613)
Despesas diretas	(2.379)	(3.185)
Recuperação de sinistro	60	1.640
Salvados e ressarcimentos	-	(36.587)
Sinistros ocorridos e não avisados direto	2.699	(507)
Total	(14.850)	(131.252)
c) <u>Custo de aquisição</u>		
Comissões sobre prêmios emitidos	(11.655)	(31.447)
Recuperação de comissão de cosseguro	233	3.435
Varição despesa de comercialização diferida	(7.734)	9.605
Total	(19.156)	(18.407)
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas		
Recuperação receitas resseguro	98	21
Recuperação custo bilhete DPVAT	-	151
Outras despesas		
Tarifa bancária	(25)	(30)
Inspeção de risco	(53)	(266)
Provisão para perda de valor recuperável	265	(680)
Despesas com emissão de apólice	12	-
Outras	(3)	-
Total	294	(804)
e) <u>Resultado com resseguro</u>		
Recuperação de indenização	14.487	91.414
Recuperação de despesas com indenização	2.048	3.015
Recuperação sinistros ocorridos e não avisados	(2.253)	92
Prêmio cedido em resseguro	(771.937)	(804.612)
Repasse de salvados e ressarcimento	-	36.587
Provisão de prêmio não ganho	312.564	514.955
Total	(445.091)	(158.549)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

f) Despesas administrativas

Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(9.998)	(7.408)
Despesas com localização e funcionamento	(795)	(1.569)
Despesas com serviços de terceiro	(1.958)	(965)
Despesas com depreciação e amortização	(1.452)	(910)
Outras	(853)	(334)
Total	(15.056)	(11.186)

g) Despesa com tributos

Despesas com COFINS	(2.809)	(4.545)
Despesas com PIS	(504)	(823)
Taxa de fiscalização	(599)	(299)
Outras	(314)	(266)
Total	(4.226)	(5.933)

h) Resultado financeiro

Receitas		
Títulos para negociação	4.981	6.994
Títulos disponíveis para venda	2.322	19.374
Com operações de seguros	49.454	83.486
Valorização cambial do disponível	1.696	14.205
Outras receitas	450	26
Despesas		
Títulos para negociação	(5.288)	(12.116)
Títulos disponíveis para venda	(1.163)	(435)
Com operações de seguros	(48.146)	(91.613)
Encargos com obrigações	(104)	(9)
Desvalorização cambial do disponível	(4.694)	(27)
Outras despesas	(764)	(309)
Total	(1.256)	19.576

23. Eventos subsequentes

A Lei 14.183/2021, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2021, objeto de conversão da Medida Provisória nº 1.034/2021, impôs uma majoração da alíquota da CSLL em 5% para as pessoas jurídicas de seguros privados, passando esta ao patamar de 20% no período compreendido entre julho e dezembro de 2021, retornando ao percentual de 15% a partir de 01 de janeiro de 2022.

24. Responsáveis

Conselheiros:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Gabriel Felzenszwalb

Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro
Rodolfo Arashiro Rodriguez
Arthur Farme d'Amoed Neto

Controller:

Mauro Reis D Almeida
CRC RJ – 066620/O-7

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029